

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias

Angélica Aparecida Ferreira da SILVA¹

Lucimara Gomes Oliveira de MORAIS²

Ingrid Dittrich WIGGERS³

Resumo

Este artigo insere-se no campo dos estudos da(s) infância(s) e tem como objetivo compreender as vivências de crianças ceilandenses durante a primeira onda da pandemia de Covid-19, contexto eivado pelas restrições nos espaços de convivência coletiva. Por meio de uma investigação de caráter qualitativo, foram ouvidas crianças moradoras de Ceilândia, Região Administrativa do Distrito Federal, nos meses de outubro e novembro de 2020. As crianças produziram desenhos que foram analisados conjuntamente com as crianças e, posteriormente, de forma teórica com as demais pesquisadoras. Considerou-se como referencial os aportes teóricos da Sociologia da Infância em articulação com os da Geografia da Infância. As crianças, durante a primeira onda da pandemia, construíram uma cartografia marcada por restrições espaciais, concentrando grande parte do tempo em casa, e apontaram para os jogos eletrônicos como sua principal atividade lúdica. As análises indicaram que as crianças desenvolveram compreensão crítica e posicionamento ético diante das restrições.

Palavras-chave: Desenho. Espaço. Estudos da infância.

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília-PPGE/FE/UnB. ORCID. <https://orcid.org/0000-0001-8321-5303>. E-mail: angelic.sil@gmail.com

² Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília-PPGE/FE/UnB. ORCID. <https://orcid.org/0000-0002-8165-8888>. Email: lucimara_morais@hotmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora titular da Universidade de Brasília - UnB (Brasil). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UNB) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF/UNB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5412-7021>. E-mail: ingridwiggers@gmail.com

Resident children of Ceilândia-DF in the Covid-19 pandemic: dialogues about childhood

Angélica Aparecida Ferreira da SILVA

Lucimara Gomes Oliveira de MORAIS

Ingrid Dittrich WIGGERS

Abstract

This article is part of the field of childhood studies and aims to understand the experiences of Ceilandense children during the first wave of the Covid-19 pandemic, a context with restrictions in collective living spaces. Through a qualitative investigation, children who live in Ceilândia, an Administrative Region in the Federal District, were heard in the months of October and November 2020. The children produced drawings that were firstly analyzed together with the children and, later, theoretically with the other researchers. The theoretical contributions of the Sociology of Childhood, alongside the Geography of Childhood, were considered as reference. The children, during the first wave of the pandemic, built a cartography marked by spatial restrictions, concentrating much of their time at home, pointed out that electronic games were their main recreational activity. The analyses indicated that the children developed a critical understanding and ethical positioning in the face of the restrictions.

Keywords: Childhood Studies. Drawing. Space.

Niños, residentes de Ceilândia-DF, en la pandemia de la Covid-19: diálogos sobre la infancia

Angélica Aparecida Ferreira da SILVA

Lucimara Gomes Oliveira de MORAIS

Ingrid Dittrich WIGGERS

Resumen

Artículo se en marca en el campo de los estudios de la infancia y tiene como objetivo comprender las vivencias de los niños ceilandenses durante la primera ola de la pandemia de Covid-19, contexto abrumado por restricciones en los espacios de convivencia colectiva. Es una investigación cualitativa. Niños que viven en Ceilândia, Región Administrativa del Distrito Federal, fueron escuchados en los meses de octubre y noviembre de 2020. Los niños produjeron dibujos que fueron analizados en conjunto con los niños y teóricamente con las otras investigadoras. Se consideran como referentes teóricos la Sociología y la Geografía de la Infancia. Los niños, durante la primera ola de la pandemia, construyeron una cartografía marcada por restricciones espaciales, concentrando gran parte de su tiempo en casa, y señalaron que los juegos electrónicos eran su principal actividad recreativa. Los análisis indicaron que los niños desarrollaron una comprensión crítica y un posicionamiento ético ante las restricciones.

Palabras clave: Diseño. Espacio. Estudios de la Infancia.

Introdução

Este artigo se insere no campo dos estudos da(s) infância(s) e tem como objetivo compreender as vivências de crianças ceilandenses durante a primeira onda da pandemia de Covid-19, contexto eivado pelas restrições nos espaços de convivência coletiva. Desde o início de 2020, as crianças de todo o mundo vivenciaram rupturas em seus cotidianos e no acesso aos espaços públicos que habitavam coletivamente (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2020). Antes de fevereiro daquele ano, no Brasil “a pandemia apareceu como fenômeno de mídia, situada de modo ‘distante’ do cenário brasileiro” (RIGUE; OLIARI; STURZA, 2021, p. 23). No entanto, no mês de março, as medidas de segurança e saúde pública, impostas durante a primeira onda da pandemia da Covid-19, impactaram as realidades brasileiras, incluindo a do Distrito Federal-DF. Por meio do Decreto n.º 40.509, de 11 de março de 2020, determinou-se o início da suspensão das aulas presenciais no Distrito Federal, tendo essa interrupção das aulas, inicialmente, uma duração prevista de cinco dias. Contudo, com o agravamento do quadro pandêmico, a suspensão das aulas se estendeu durante todo o ano letivo de 2020. Assim, escolas, parques e outros espaços de convivência coletiva, antes frequentados pelas crianças, tornaram-se inacessíveis a elas.

Tais ações do governo objetivaram a contenção da transmissão do vírus causador da Covid-19 a fim de proteger a vida das pessoas. Esse momento histórico na vida da população mundial produziu condições que afetaram a forma como as infâncias foram vivenciadas. Nesse contexto, elegemos a seguinte questão norteadora para este estudo exploratório: como um grupo de cinco crianças com idades entre quatro e dez anos, moradoras da Ceilândia-DF, vivenciaram e compreenderam as interdições em seus cotidianos em função da pandemia, durante a primeira onda de contágios? Ressaltamos que a escuta das crianças, em suas múltiplas linguagens, constitui-se como um direito assegurado por normas internacionais e que precisa se consubstanciar também nas pesquisas acadêmicas (BARBOSA, 2020; BUSS-SIMÃO; LESSA, 2020; COLL DELGADO; CASTELLI, 2020; FRANCISCHINI, 2020). Além disso, ouvi-las para entender suas perspectivas sobre as infâncias durante a pandemia torna-se fundamental para identificar as ameaças aos direitos desse grupo geracional e colabora para subsidiar os planejamentos de políticas públicas, em especial daquelas que garantam direitos, como saúde e educação.

Este artigo apresenta cinco seções seguidas das considerações finais. A primeira parte apresenta uma problematização dos impactos da pandemia no cotidiano das crianças por meio de um diálogo com pesquisas que têm discutido a temática da(s) infância(s) e a pandemia. Em seguida, articulamos uma análise teórica com base na Sociologia e na Geografia da Infância para refletir sobre as relações entre os conceitos de infância e de crianças e o papel do meio na vivência infantil. Posteriormente apresentamos uma breve caracterização da Ceilândia, como Região Administrativa (RA) do DF, destacando sua importância nas produções acadêmicas, na constituição de uma identidade local e na luta por direitos relacionados à cidadania. Na sequência, tratamos de aspectos metodológicos relacionados à pesquisa, apontando a relevância do desenho e das narrativas orais como expressões infantis durante o contexto pandêmico ressaltando, assim, as particularidades de um estudo acadêmico num contexto limítrofe (MORAIS; WIGGERS, 2021). Na seção seguinte, analisamos as expressões das crianças participantes da pesquisa e nos propomos analisar seus desenhos e narrativas orais sobre suas vivências de infância no contexto de interdições em função da pandemia, buscando, ainda, “encontrar a relação existente entre a criança e o meio” (PRESTES; TUNES, 2018, p. 77). Por fim, registram-se algumas considerações finais que apontam as reflexões tecidas pelas crianças e expressas por meio de seus desenhos e narrativas orais.

Diálogos sobre o contexto pandêmico da primeira onda e o(s) cotidiano(s) infantil(is)

Durante a primeira onda de contágio da pandemia causada pela Covid-19, o distanciamento social e o confinamento constituíram algumas das principais formas de conter a propagação do vírus. Com base em políticas de saúde pública, na tentativa de proteger as pessoas e conter a disseminação do vírus, os cotidianos infantis sofreram alterações, bem como o acesso a espaços de interações. Desse modo, nesse período em que o meio se tornou mais restrito, as vivências das infâncias foram atravessadas por essa circunstância, provocando reflexões sobre como as crianças compreenderam essa alteração no curso “normal” de suas vidas.

Pesquisadores do campo dos estudos da(s) infância(s), em caráter urgente e emergencial, lançaram dossiês para mapear como as crianças estavam sendo atingidas pela pandemia. Nesse contexto, os Dossiês n.º 22 e n.º 23 do periódico Zero-a-Seis (2020; 2021) e coletâneas das revistas

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias NUPEART (2020) e Linhas Críticas (2020) reuniram diferentes produções acadêmicas sobre infância e pandemia, discutindo os impactos deste contexto limítrofe na infância. Os estudos abordaram temas relevantes, como a interrupção das atividades escolares presenciais, a dificuldade de as crianças terem acesso aos recursos tecnológicos, a invisibilidade social destas nas políticas públicas da pandemia, as condições de vulnerabilidade e a violação de seus direitos. Apresentaram, portanto, experiências infantis em diferentes contextos sociais, considerando singularidades étnicas. Para esse debate, os estudiosos buscaram ouvir variados sujeitos, como mães, avós, educadores e lideranças locais, para compreender esse contexto no qual as crianças se veem envolvidas. Contudo, entre os 39 trabalhos que compõem os referidos dossiês, apenas oito artigos, o que representa 20,5%, discutem dados que partem da escuta e do registro da fala das próprias crianças. A maioria desse pequeno conjunto, por sua vez, procurou ouvir e analisar os contextos de crianças negras, indígenas, quilombolas e camponesas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na pandemia. Tais publicações evidenciaram as dificuldades que estas enfrentaram para terem os seus direitos atendidos, revelando a omissão do Estado na implementação de políticas públicas de proteção e defesa das vidas infantis durante a primeira onda de Covid-19, no contexto brasileiro.

No campo dos estudos sobre a(s) infância(s), pesquisadores têm compreendido esta(s) como uma estrutura permanente na sociedade, constituída pelas dimensões culturais, históricas, geográficas, econômicas e políticas (QVORTRUP, 2005; CORSARO, 2011). Prestes e Tunes (2018, p. 79) registram que a forma como cada criança vivencia determinado evento é peculiar e só pode ser entendida na relação entre a criança e o meio, considerando que “uma situação qualquer influenciará a criança de formas diferentes dependendo de como ela compreende seu sentido e seu significado”. Assim, surge a necessidade de perceber como as crianças vivenciaram o contexto do distanciamento social durante a primeira onda de contágio da pandemia da Covid-19, ouvindo-as para buscar entender como essas vivências se configuraram nas vidas das crianças que habitaram a infância nesse contexto pandêmico e quais os sentidos e os significados que foram dados a esses eventos.

Articulações entre a Sociologia da Infância e a Geografia da Infância

De acordo com Prout (2010), a Sociologia da Infância se estabeleceu por meio de dicotomias, pautadas pela sociologia moderna, visando inicialmente criar um espaço para a infância no discurso

sociológico e enfrentar a crescente complexidade e ambiguidade da infância como um fenômeno contemporâneo e instável. Voltarelli (2011), ao se referir ao novo paradigma da infância proposto por James e Prout (1990), registra que “as crianças podem e devem ser estudadas para os seus próprios direitos” (VOLTARELLI, 2011, p. 180). Com base na necessidade dialógica entre campos diferentes este artigo propõe um diálogo interdisciplinar entre a nova Sociologia da Infância e a Geografia da Infância. Para Lopes e Fernandes (2021, p. 55), a Geografia da Infância demonstra “a impossibilidade de falar de infâncias sem identificar o imbricamento com a questão da produção do espaço, dos lugares e dos territórios, bem como o direito das crianças aos territórios”. Nesse contexto, esse campo disciplinar tem a tarefa de “desvelar toda a complexidade” (LOPES, 2008, p. 80) da infância, bem como a produção cultural das crianças. A Sociologia da Infância emprega o conceito de teia global, de Corsaro (2011) e a Geografia da Infância desvela o lugar da criança como produtora e produto dos contextos históricos, sociais e geográficos nos quais está inserida.

Assim o primeiro campo mencionado, o da Sociologia da Infância, valoriza a compreensão da infância a partir das vivências das próprias crianças. O segundo, da Geografia da Infância, por sua vez, considera a importância do meio na vivência das crianças, sobretudo a partir das alterações provocadas pelo contexto da pandemia. A retirada das crianças dos espaços públicos durante a primeira onda de contágio tornou-se necessária em função da saúde pública, contudo fragilizou o exercício de direitos importantes, pois “o espaço público promove visibilidade, os confrontos e as tensões de vivência de diferentes grupos geracionais” e força “olhares múltiplos” sobre as infâncias e sobre os direitos das crianças (TREVISAN, 2020, p. 143).

Importante salientar que o processo de visibilidade das questões relacionadas à criança, bem como a percepção, a compreensão e a valorização da infância, tornou-se possível a partir de mudanças da sociedade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989; NOGUEIRA; BRANDÃO, 2020). Nesse sentido, pesquisas da Sociologia da Infância têm contribuído para a compreensão da criança como construtora de sua infância e como um ser ativo na produção de cultura, conhecimento e identidade (CORSARO, 2011; JAMES; JENKS; PROUT, 1998; SARMENTO, 2003; 2004). Também têm defendido a criança como um ser ativo na construção de cultura, considerando que esse processo não é uma imitação do mundo adulto, mas sim resultado de

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias uma apreensão criativa em que, por meio de suas culturas de pares⁴, apropriam-se de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus próprios interesses (CORSARO, 2011). Ainda, concebe-se que as crianças, juntamente com os adultos e seus pares, envolvem-se no “uso, refinamento, e transformação de recursos culturais nos quais se encontram inseridos” (CORSARO; ROSIER, 2019, p. 2).

Assim, o presente estudo, embasado nas premissas da Sociologia de Infância, reconhece a apropriação criativa e crítica das crianças sobre as informações do contexto do qual fazem parte, afastando-nos do entendimento de que elas apenas reproduzem o que a sociedade lhes apresenta como norma social e identificando-as como produtoras de novas formas de viver e de entender o mundo. Em nossa interpretação, ao representarem experiências do cotidiano, as crianças podem dar a elas sentidos diferentes daqueles que foram convencionados como padrão sociocultural.

Já a Geografia da Infância defende o entendimento de que as crianças são agentes produtoras do espaço que ocupam e são capazes de dar significados às suas espacialidades, construindo lugares, paisagens e territórios (LOPES, 2008). Nessa perspectiva, a Geografia da Infância se constitui num amplo espaço de negociação que implica na produção de culturas infantis, de lugares destinados às crianças, de instituições, de territorialidades e de cartografias produzidas pelas crianças (AITKEN, 2019; FERNANDES; LOPES, 2018; HOLLOWAY; VALENTINE, 2000; LOPES; FERNANDES, 2021; MELGAREJO, 2018; VASCONCELLOS; LOPES, 2006).

Aitken (2019), ao traçar um panorama sobre a geografia das crianças, argumenta que atualmente o conceito de criança é permeado pelo reconhecimento de sua pluralidade e de seu fazer e refazer de espaços. Dessa forma, a Geografia da Infância tem dado atenção a estudos sobre os espaços de vida infantis de modo a defender e reconhecer que suas vivências são tecidas pelas esferas social, política, histórica e moral, além de serem eticamente caracterizadas. Logo, na produção das culturas infantis, há uma relação que oferece o substrato material da produção da existência (VASCONCELLOS; LOPES, 2006), e esse processo faz emergir, junto à ideia de culturas das crianças, a existência de territorialidades infantis. Desse modo, há uma ligação entre a vivência da infância e o contexto, e “a influência do meio no desenvolvimento da criança [...] será

⁴Cultura de pares é um conjunto estável de atividades e rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com as demais”(CORSARO, 2011, p. 128).

medida também pelo nível de compreensão, de tomada de consciência, de atribuição de sentido ao que nele acontece” (PRESTES; TUNES, 2018, p. 79).

Ao discorrer sobre o conceito de infância, Qvortrup (2005) apresenta dois aspectos que considera importantes para a caracterização da infância na modernidade: a domesticação (*verhäuslichung*) e a insularidade (*verinselung*), ressaltando que ambos estão relacionados com o espaço e as experiências das crianças, pois conferem aos adultos o poder de definir os lugares para/das crianças a partir da justificativa de mantê-las seguras. Assim, torna-se possível argumentar que as vivências infantis no espaço sofrem influência do meio, incluindo as concepções e interpretações dos adultos sobre a(s) infância(s) e a(s) criança(s). Os adultos têm estabelecido e avaliado, segundo seus conceitos, se determinado espaço é adequado ou não para as crianças. No entanto, como assinalamos anteriormente, é possível reconhecer que, mesmo com essas “limitações”, as crianças se apropriam criativamente desses lugares e podem, a partir das relações estabelecidas em suas culturas de pares, construir e criar sentidos para a utilização, a experiência e a interpretação desses espaços/territórios.

A articulação entre os estudos da Sociologia da Infância e os da Geografia da Infância torna-se necessária para compreender as vivências de crianças diante da primeira onda da pandemia da Covid-19 e suas experiências nesse contexto, eivado por restrições nos espaços de convivência coletiva. A razão disso é o fato de a(s) infância(s), como objeto de estudo, demandar(em) “maior interdisciplinaridade entre campos de saber” (TREVISAN, 2020, p. 143).

Ao assumir essa perspectiva, faz-se necessário admitir que as crianças por meio de múltiplas linguagens, precisam ser ouvidas e respeitadas como condição para compreendermos como se organizam e constituem seus sentidos de infância e experiência nos espaços que frequentam (FERREIRA; FIORESE, 2021), destacadamente nesse período de pandemia. “Estas novas interdições sobre a dimensão corporal das crianças [...] apresentam-se como um grande desafio a enfrentar, nesta que é, ao mesmo tempo, uma urgência de novas pesquisas” (BUSS-SIMÃO; LESSA, 2020, p. 1440). Para Sarmiento e Pinto (1997), ouvir o que as crianças dizem sobre si nos permite descortinar uma realidade social desconhecida pelos adultos, a qual emerge das interpretações infantis sobre seus mundos, podendo revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente.

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias

Segundo Melgarejo (2018), as crianças, por meio de relacionamentos intergeracionais, produzem apropriações e múltiplas construções/criações configuradas em topos-lugares — “zonas de vivência infantil”. Argumenta que é imperativo escutar as crianças para que se entendam as formas como são produzidas as zonas de convivência infantil e como elas se relacionam às suas experiências infantis. Aitken (2019) advoga que as subjetividades infantis são enigmáticas, plurais e relacionais e que há uma multiplicidade de maneiras de se conhecer as infâncias, pois estas são variáveis e emergentes, precisando ser compreendidas e analisadas com base em aspectos sociais, políticos, históricos e geográficos.

Ao considerar a influência desses aspectos na relação que a criança estabelece com o espaço, Lopes (2018) argumenta que

[...] toda criança é criança de um local. De forma correspondente, para cada criança do local existe também um lugar de criança, um lugar social designado pelo mundo adulto [...]. Ao mesmo tempo toda criança é criança em alguns locais dentro do local, pois esse mesmo mundo adulto destina diferentes parcelas do espaço físico para a materialização de suas infâncias (LOPES, 2018, p. 24).

Destarte, é importante salientar que são nesses espaços que se constituem as vivências das crianças em suas culturas de pares, permitindo que elas, coletivamente, utilizem, pensem, negociem, criem, compartilhem e interpretem sua cultura e seu espaço de modo diverso e particular, segundo suas perspectivas. O estabelecimento de culturas infantis se dá pela “capacidade das crianças em construir de forma sistematizada modos de significação do mundo e de ação intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e ação” (SARMENTO, 2003, p. 53-54).

Ceilândia-DF: produção acadêmica, identidade e luta

Como “toda criança é criança de um local” (LOPES, 2018, p. 24), torna-se necessário entender um pouco sobre Ceilândia, esse território denominado politicamente como Região Administrativa⁵ (RA) do Distrito Federal. Compreender a forma de constituição do espaço de

⁵A Lei Orgânica do Distrito Federal (BRASÍLIA, 1993, art. 10), com vistas à descentralização administrativa, definiu que o Distrito Federal se organizaria em 33 regiões administrativas. Assim, Ceilândia é uma das regiões que compõem o Distrito Federal.

Ceilândia-DF torna-se necessário para este artigo, pois aponta para as lutas por direitos e desvela as grandes desigualdades sociais e ações construídas historicamente nesse espaço.

Em 1969, o Distrito Federal contabilizava 500 mil habitantes, dos quais 79.128 viviam em invasões, sem acesso a direitos elementares. Naquele mesmo ano, no Distrito Federal, foi criada a Comissão da Erradicação de Favelas, e, em 1971, a Campanha de Erradicação das Invasões (CEI). Também em 1971, no mês de março, foram assentadas as primeiras 20 famílias de Ceilândia. O nome desse território foi escolhido pelo poder governamental utilizando as iniciais “CEI”, da Campanha de Erradicação das Invasões, e o sufixo “-lândia”, com origem na língua inglesa. Apenas em 1971 a primeira linha de ônibus percorreu esse território, que foi criado desprovido de equipamentos públicos como hospitais, serviços de água e esgoto, escolas e espaços de lazer (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016). A escolha por essa denominação para o território demonstra a negação de escuta da população local, porque desconsiderou as relações das pessoas com aquele lugar, nomeando-o a partir de elementos estranhos à vivência dos habitantes.

De acordo com a Secretaria de Estado do Distrito Federal, Ceilândia foi criada pela “Lei n.º 49, de 25 de outubro de 1989, e tornou-se a 9ª Região Administrativa (RA) pelo Decreto n.º 11.921, de 25 de outubro de 1989” (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2021). Da inauguração oficial desse assentamento, em 1971, até a nomeação dele como RA, a população aguardou 18 anos. Ao ser considerada RA do Distrito Federal, Ceilândia e seus moradores conquistaram mais direitos, dentre eles o de ter uma administração própria no contexto do Distrito Federal. De 1971 até 2020, ano da construção dos dados desta pesquisa, os moradores de Ceilândia enfrentam desafios para que o acesso aos equipamentos públicos seja concretizado e desenvolveram cultura e história próprias, tornando-a a maior RA do Distrito Federal em número de habitantes, mais de 400 mil (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018).

Parte dessas conquistas por direitos tem relação com as produções acadêmicas sobre essa RA. Na base de dados da Universidade de Brasília (2022), há o registro de 493 produções científicas que registram em seus títulos a palavra “Ceilândia” entre os anos de 2000 e 2022. Quanto aos tipos de trabalho, esse acervo acadêmico compõe-se de 358 dissertações, 100 teses, 24 artigos e 11 produções de gêneros diversos. Tais textos registram a riqueza cultural de um povo que iniciou a ocupação de um território, mas que lhe foi negado até mesmo o direito à escolha do nome dessa

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias região. Nesse contexto, dar visibilidade, por meio das pesquisas, às crianças de Ceilândia-DF é fortalecer as lutas por direitos.

Esse é o território de desenvolvimento desta pesquisa exploratória, que ocorreu durante os meses de outubro e de novembro de 2020, época em que a pandemia estava se descortinando como uma realidade por todo o ano letivo. Por ser a RA com maior população, cabe ressaltar que Ceilândia alcançou o maior número de casos notificados com Covid-19 e de óbitos no Distrito Federal (BRASÍLIA, 2021).

Diante desse cenário desafiador, a pesquisa envidou esforços para registrar, durante a pandemia, as culturas da infância “que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo” (SARMENTO, 2004, p. 22). Ouvir o que dizem as crianças é reconhecer sua importância na sociedade e, ainda, admitir que elas têm maneiras particulares e diversas de compreender o contexto no qual estão inseridas, bem como intervir nele (FERNANDES; MIRANDA; QUINTÁNS, 2018). Além de tudo, é considerar que suas vivências podem indicar caminhos e soluções para lidar com as adversidades e limitações que o mundo atualmente nos impõe.

Caminhos da pesquisa

Ao levar em conta os elementos teóricos apontados, o estudo se caracteriza como uma investigação de caráter qualitativo. A metodologia priorizou a escuta das crianças, evidenciando as interpretações que elas construíram das vivências nesse contexto de pandemia. Diante disso, em outubro de 2020, foram convidadas dez crianças, da mesma comunidade de uma das pesquisadoras, para participarem do estudo. Elas e seus respectivos responsáveis foram informados por telefone sobre o teor da pesquisa e consultados sobre sua disponibilidade. Contudo, em razão do isolamento social e da preocupação das famílias com os cuidados para evitar o contágio com a Covid-19, nem todas aceitaram o convite, de modo que tivemos contato com apenas cinco crianças.

Assim, ouvimos cinco crianças que consentiram em participar da pesquisa, sendo três meninas e dois meninos, com idades que variavam de 4 a 10 anos, todas moradoras de Ceilândia-DF. As crianças, em sua maioria (60%), frequentam instituições públicas de educação. Todas, no momento da pesquisa, estavam inseridas no ensino remoto, tendo atividades e aulas em ambiente

digital. As crianças apontaram ter acesso à internet, a computadores, a celulares, à televisão e ao *streaming* Netflix. No que se refere ao contexto familiar, foi possível constatar que sete dos dez responsáveis possuíam Ensino Superior completo, sendo quatro mães e três pais. Os demais concluíram o Ensino Médio.

A segurança e os cuidados com os protocolos bio sanitários foram observados com rigor, de modo que os encontros foram individuais e em local arejado. Antes dos encontros de construção de dados, relembramos as normas de segurança para que o processo de pesquisa transcorresse da forma mais segura possível. Assim sendo, todos usaram máscaras, o álcool em gel estava de fácil acesso para ser aplicado sempre que necessário, e manteve-se a distância de dois metros entre a criança e uma das pesquisadoras durante a atividade.

No encontro presencial, explicamos novamente às crianças o objetivo do estudo e solicitamos que escolhessem um nome (pseudônimo) que as representasse no contexto da pesquisa, de modo a preservar sua identidade (Quadro 1).

Quadro 1 – Pseudônimos dos participantes da pesquisa

Pseudônimo	Idade	Data dos encontros
Mel	4 anos	21/11/2020
Jasmine	7 anos	21/11/2020
Sabrina	8 anos	23/11/2020
Alex	6 anos	23/11/2020
Gabriel	10 anos	28/11/2020

Fonte: *Corpus* da pesquisa, 2020.

Depois disso, disponibilizamos para as crianças papel ofício tamanho A4, lápis, borracha, lápis de cor, canetinhas hidrográficas coloridas e régua e pedimos que produzissem desenhos a partir de alguns questionamentos. Também informamos que iríamos conversar sobre as ilustrações. Em meio à conversa individual com cada uma das crianças, solicitamos que realizassem três desenhos: 1) o lugar onde estavam passando mais tempo durante a pandemia; 2) a partir do primeiro

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias desenho, especificassem um ambiente onde passavam mais tempo na pandemia; 3) o lugar que mais sentiam saudade de frequentar.

À medida que as crianças iam realizando suas produções, iniciávamos também a conversa, com perguntas sobre suas experiências na pandemia. Assim, as crianças, concomitantemente, desenhavam e conversavam. A estratégia se mostrou produtiva, visto que os diálogos transcorreram de forma tranquila e as crianças foram expressando os significados produzidos em suas vivências durante o período pandêmico. No processo de produção dos desenhos, notou-se uma peculiar diferença: as meninas demonstraram uma preocupação em pintar os desenhos produzidos, já os meninos apenas cobriram o traçado dos desenhos com canetinha, não querendo pintá-los. Por essa razão, a conclusão da atividade das meninas levou mais tempo do que a dos meninos.

Por considerar o desenho um “porta-voz do universo das crianças”(GOLDBERG; FROTA, 2017, p. 173), fomos conversando com elas sobre suas experiências, informações e compreensões sobre a pandemia. Reconhecemos que “seus trabalhos resultam de pesquisa pessoal, da interação com outras crianças e com o entorno social e cultural ao qual estão expostas e que ao mesmo tempo constroem” (GOBBI, 2012, p. 137). A escolha do desenho como instrumento comunicativo se deu também em razão de levarmos em conta que as crianças, ao desenharem, buscam concretizar material e visualmente a experiência de existir (DERDYK, 2010), nesse contexto de pandemia. Além disso, o desenho “realiza a integração entre pensamento e imaginação, podendo expressar a cultura infantil de um tempo e de um lugar” (WIGGERS; SOARES, 2019, p. 318).

Conforme mencionado anteriormente, este estudo reconhece as crianças como atores sociais competentes, o que reafirmamos ao questioná-las sobre as suas próprias contribuições, interpretações e participações na vida social, cultural e econômica no contexto em que se encontram inseridas. Dessa maneira, o estabelecimento de uma conversa com os autores dos desenhos se mostrou de grande importância na interpretação e na compreensão do que as crianças pensavam sobre suas experiências na pandemia.

A articulação entre linguagem gráfica e verbal forneceu uma perspectiva da elaboração mental realizada pelas crianças. Assim, desenhar e falar são linguagens que interagem, podendo auxiliar na compreensão do contexto vivido e experimentado pela criança, ou seja, desenhar e falar são formas de interpretar essa experiência, de modo que um comentário verbal do autor do desenho

constitui um prolongamento de sua ação. Nesse sentido, a interpretação verbal que a criança realiza sobre o próprio “desenho pode expressar o que se passa em sua mente e coração. É a intimidade exposta e revelada” (DERDYK, 2010, p. 50-51). Portanto, as conversas com as crianças a partir dos seus desenhos nos permitiram um diálogo franco e proporcionaram a elas um repertório comunicativo para que expressassem oralmente e com mais liberdade suas vivências.

O que contam as crianças de Ceilândia-DF sobre a pandemia de Covid-19

A partir das informações transmitidas pelas crianças por intermédio de uma combinação de desenhos e falas, buscamos compreender as vivências de crianças sobre a Covid-19 e suas experiências no contexto da pandemia, principalmente nos aspectos relacionados à imposição de afastamento social e à restrição aos espaços de convivência coletiva. Todo esse contexto pandêmico marcou as infâncias, pois “a experiência das crianças é cultural e, portanto, só pode ser compreendida em contexto” (NASCIMENTO; VOLTARELLI, 2021, p. 22).

Assim, quando questionadas sobre o que era pandemia, as respostas das crianças participantes da pesquisa indicaram que houve uma compreensão singular do contexto. A construção dessas significâncias sobre a pandemia por parte das crianças guarda relações com os conhecimentos desse assunto que elas construíram. Mesmo que todas vivessem em Ceilândia-DF durante a pandemia, o que de certa forma homogeneiza o meio das crianças ouvidas, cada criança se posicionou diante desse contexto de forma diferente, já que a vivência e a atribuição de sentidos são processos únicos. A pandemia e as restrições sanitárias foram elementos constitutivos do meio dessas crianças, e por isso torna-se necessário entender que cada uma “interpreta o contexto de formas diferentes” (PRESTES; TUNES, 2018, p. 79).

Toma-se, portanto, essa lente categórica denominada “vivências” (PRESTES; TUNES, 2018) para que seja possível construir aproximações entre os significados construídos por Sabrina e Gabriel, crianças participantes desta pesquisa:

É tipo uma crise e você tem que ficar em casa, não pode sair, tem que usar máscara, passar álcool em gel e lavar bem as mãos (SABRINA, 8 anos, 2020).

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias

Doença. É uma doença que mata e perigosa... que mata muita pessoa. Tem que usar máscara, distanciamento e esperar acabar a doença (GABRIEL, 10 anos, 2020).

As falas das crianças sobre a pandemia demonstraram que elas tiveram acesso a informações divulgadas pela imprensa, por órgãos de saúde, por institutos de pesquisa, bem como pela própria família. Os diálogos indicaram que elas eram conhecedoras das implicações da pandemia em seus cotidianos e espaços. Sobretudo, elas compreendiam a gravidade do vírus para a saúde das pessoas e quais medidas precisariam ser adotadas para não se contaminar e não permitir que o vírus se espalhe.

Os significados que Sabrina e Gabriel atribuíram ao contexto pandêmico desvelam uma geografia dos cuidados vivenciada por essas duas crianças, pois “práticas de cuidar e educar na infância são práticas sociais, eventos culturais, que se forjam como patrimônio humano [...] e estão intimamente ligados aos tempos e espaços” (LOPES; FERNANDES, 2021, p. 50). Ao listar uma série de cuidados sanitários, Gabriel e Sabrina, assim como os outros participantes da pesquisa, moradores de Ceilândia, uma das regiões do Distrito Federal mais atingida pela pandemia, demonstraram a apropriação de um patrimônio cultural construído pela humanidade no contexto da pandemia. Suas falas expressaram conhecimentos científicos e recomendações de órgãos internacionais e nacionais de saúde e anunciaram um alto valor dos direitos humanos, a saber: a proteção à vida.

Os sentidos construídos por Sabrina e Gabriel os localizam geográfica e historicamente e permitem a essas crianças um posicionamento consciente e a compreensão de que a humanidade está passando por “uma crise”, “uma doença que mata”, e, portanto, torna-se necessário modificar o cotidiano com uma série de medidas. Essa consciência particular impacta o social, por isso é preciso ficar em casa e seguir as normas adotadas para o bem comum.

Conforme previsto na metodologia deste estudo, as crianças foram convidadas a desenhar o lugar onde passaram com mais frequência durante a primeira onda da pandemia, bem como convidadas a especificarem um ambiente em que tivessem passado mais tempo. Todas as crianças fizeram referência às suas casas, como podemos conferir nas Figuras 1, 2 e 3.

Figura 1 – Desenho da casa e do quarto de Jasmine (7 anos)



Fonte: *Corpus* da pesquisa, 2020.

Pesquisadora: Qual foi o lugar na pandemia onde você ficou mais tempo?

Jasmine (7 anos): Em casa... eu fico entediada porque eu não podia ir para casa de minha amiga.

Pesquisadora: Em casa, qual o lugar em que você mais ficou?

Jasmine (7 anos): Meu quarto, mas vou pro quarto da minha mãe, sala[...].

Figura 2 – Desenho da casa e da sala de estar de Gabriel (10 anos)



Fonte: *Corpus* da pesquisa, 2020.

Pesquisadora: Qual o lugar onde você mais ficou nesses dias de pandemia?

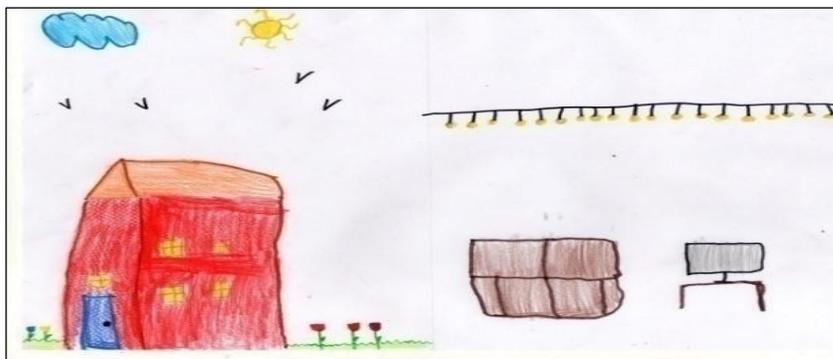
Gabriel (10 anos): Em casa, porque não tem outro lugar pra ficar. Não tem outro lugar onde eu possa ficar... na rua.

Pesquisadora: E na sua casa, em qual lugar você mais ficou?

Gabriel (10 anos): Na sala... jogando FreeFire.

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias

Figura 3 – Desenho da casa e do quarto de Sabrina (8 anos)



Fonte: *Corpus* da pesquisa, 2020.

Pesquisadora: Em casa, qual o lugar onde você mais ficou?

Sabrina (8 anos): Meu quarto, porque eu gosto muito de ficar deitada, eu também gosto de ficar no meu quarto porque tem muitos brinquedos também... a minha cachorra também gosta de ficar deitada na minha cama, aí eu brinco com ela.

Pesquisadora: Você gostou de ficar em casa?

Sabrina (8 anos): Sim, porque às vezes pode fazer muitas brincadeiras também.

As crianças demonstraram compreensão da necessidade de ficar em casa, mas citam outros espaços que gostariam de frequentar: “a casa da minha amiga”, mencionada por Jasmine, e, para Gabriel, “a rua”. Os ambientes da casa onde as crianças gostam de ficar desvelam a possibilidade de interação como ponto em comum, seja com as outras pessoas da casa, que pode acontecer na sala (um dos cômodos por onde essas pessoas circulam) citada por Jasmine e Gabriel, seja com o bichinho de estimação, como no caso de Sabrina, que prefere o quarto porque brinca com o seu cachorro. Tais respostas indicam que as crianças já estão relativamente acostumadas a terem seus espaços restringidos e a estarem, muitas vezes, confinadas à própria casa. Esse fenômeno vai ao encontro do que Qvortrup (2005, p. 81, grifos no original) caracterizou como “processos de *domesticação e insularidade*” na elaboração conceitual e vivencial dos adultos em relação à experiência de infância na modernidade, de modo que os espaços de experiências das crianças na infância têm sido determinados pelos adultos sob a justificativa de mantê-las seguras. Esse tipo de “proteção” pode, com frequência, vir a ser confundida com controle.

No entanto, no contexto pandêmico, a permanência em casa revelou-se, nas falas de Gabriel e de Sabrina, uma atitude necessária para a proteção à vida. As crianças buscaram alternativas para resistir à falta de interação, desenhando uma cartografia em ambientes que permitiam a possibilidade de interações em meios digitais a partir de jogos, bem como em ambientes de trânsito ou mesmo na companhia do animal de estimação. Essa procura por interação durante o confinamento em casa é revelada pelas falas e pelos desenhos dos participantes do estudo e indica que estar em contato com outras pessoas era uma necessidade das crianças ouvidas nesta pesquisa.

A confirmação, por meio do desenho, de que é em casa que as crianças tinham passado os seus dias não causa surpresa, contudo, torna-se fundamental registrá-la, pois existe um valor acadêmico em compreender os sentidos que as crianças construíram durante o contexto de pandemia. As crianças expressaram uma cartografia restrita, mas não indiferenciada; compreenderam que cada cômodo tem uma função no ambiente; demonstraram capacidade de diferenciação dos espaços, mesmo em contexto de mobilidade reduzida pelo distanciamento social; e indicaram que os ambientes na casa onde permanecem mais tempo variam entre o quarto e a sala. Além disso, os comentários evidenciam o que as crianças fazem nesse período de confinamento, explicitando como vivenciam esses espaços. Salientamos, ainda, que a casa foi representada como um local agradável e com possibilidades para o exercício de atividades diversas, como brincar com seus brinquedos, ler e cuidar dos bichos de estimação, havendo, entretanto, pouca alternativa para práticas corporais.

Entre as atividades mais citadas durante as conversas com as crianças, destacou-se o uso de jogos e aplicativos de celular (FreeFire, TikTok, Roblox e Among Us), bem como de outros recursos audiovisuais, a exemplo de TV aberta e Netflix. Os jogos eletrônicos são unanimemente citados como a brincadeira mais frequente durante a primeira onda de contágio da pandemia, sendo, muitas vezes, indicados pelos participantes como a única atividade lúdica que realizavam ao longo dos dias. Os ambientes registrados nos desenhos, ou seja, o próprio quarto e a sala, demonstraram que as atividades, em sua maioria, eram praticadas individualmente. No entanto, as crianças indicaram que era por intermédio de alguns jogos *on-line* que ainda conseguiam manter contato com seus colegas e, assim, produzir a cultura de pares.

Os jogos eletrônicos, tal como os jogos tradicionais (faz de conta, imitação, jogos de aproximação-evitação, jogos cooperativos e competitivos etc.), também “se mostram espaços de

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias escolha e de desafio para as crianças, além de se constituírem em experiências que possibilitam a vivência de sentimentos de euforia e frustração”, como explicam Anjos e Mercado (2020, p. 17). Os autores ressaltam, ainda, ser fundamental que os adultos se tornem parceiros e interlocutores das crianças no uso das tecnologias, para que elas possam se apropriar desses recursos com segurança e usufruir de suas potencialidades.

No que tange ao desenho do local de que as crianças mais sentiam falta, a escola (Figuras 4, 5 e 6) e a rua (Figuras 7 e 8) foram os espaços eleitos como os lugares que mais despertavam o sentimento de saudade.

Figura 4 – Desenho da escola de Sabrina (8 anos)



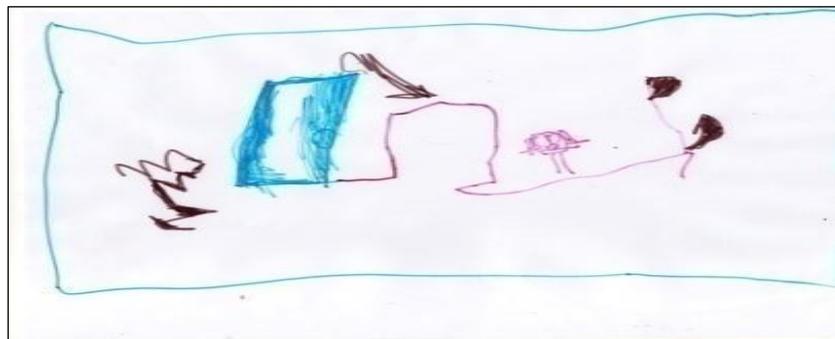
Fonte: *Corpus* da pesquisa, 2020.

Figura 5 – Desenho da escola de Jasmine (7 anos)



Fonte: *Corpus* da pesquisa, 2020.

Figura 6 – Desenho da escola (creche) de Mel (4 anos)



Fonte: *Corpus* da pesquisa, 2020.

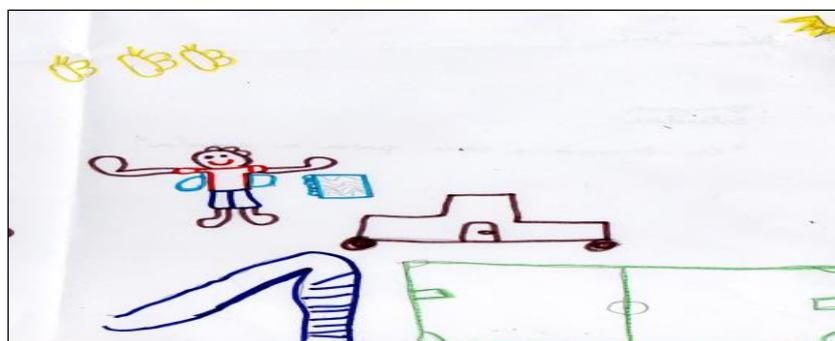
Pesquisadora: Qual o lugar para onde você quer voltar quando acabar a pandemia?

Mel (4 anos): Uhhh[...], pa minha escolinha [...].

Pesquisadora: Explica pra mim o seu desenho.

Mel (4 anos): Aqui é onde a gente brincava... o parquinho, o escorrega, a árvore, a areia.

Figura 7 – A rua para Alex (6 anos)



Fonte: *Corpus* da pesquisa, 2020.

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias

Figura 8 – A rua para Gabriel (10 anos)



Fonte: *Corpus* da pesquisa, 2020.

Ao responder ao questionamento sobre o porquê de ter saudade da escola, Jasmine diz:

[...] porque tem meus colegas, porque eu posso brincar com eles na quadra, mas só no recreio, mas às vezes a professora libera, tipo assim... na última aula cê tá ali copiando no quadro, quem termina vai lá para trás e fica brincando de alguma coisa. A gente pode conversar sem atrapalhar os outros (JASMINE, 7 anos).

Mel também destaca atividades da creche que considera prazerosas, mas que está impedida de vivenciar durante a pandemia, tais como “brincar de boneca, desenho, parquinho, almoçava, e nossa janta era gelatina”. Importante destacar nessas falas a relevância das atividades realizadas com seus pares na escola. A descrição de brincadeiras e interações nos dá a ideia de que a escola é um espaço de diversão, interação e alegria.

O fato de a escola ser mencionada como o local de que sentem falta indica que esse lugar tem se configurado, para essas crianças, como um dos espaços de brincadeira, interação, segurança e liberdade. Lopes (2008, p. 77) destaca as capacidades das crianças para “subverterem os esquemas e estruturas pré-traçados para elas, materializando sua presença nos diversos grupos sociais em que se encontram”. Assim, as crianças se apropriam do espaço escolar, com todas as suas regras e rotinas, e o utilizam, buscando construir novas lógicas de domínio e controle, de modo a proporcionar-lhes experiências interativas que lhes trazem prazer e satisfação. Nessa perspectiva, Corsaro (2011) ressalta a agência das crianças e considera que, por meio das brincadeiras, elas buscam exercer o controle de suas vidas.

As memórias das brincadeiras nas ruas foram registradas por Alex e Gabriel (Figuras 7 e 8), sugerindo que eles tinham acesso frequente a esse espaço antes da pandemia. Em comum, essas

crianças representaram nos desenhos que sentem falta de compartilhar as brincadeiras com os pares no espaço social de rua. Alex reforça esse desejo ao dizer “quero muito jogar com meus amigos” e Gabriel complementa dizendo “porque lá dá pra eu brincar”, reafirmando em suas falas os anseios por retornar as atividades neste espaço. Assim é possível inferir que em diferentes contextos, “além das diferenças individuais, as crianças distribuem-se na estrutura social segundo a classe social, a etnia a que pertencem, o gênero e a cultura” (SARMENTO; PINTO, 1997, p. 22).

Desse modo, é possível considerar, a partir dos dados da investigação, que a escola e a rua são territórios infantis que se constituem a partir de construções sociais e das subjetividades das crianças. Tais localidades representam, então, palco privilegiado da cultura de pares e das possibilidades de interação.

Por fim, outro aspecto que chamou atenção foi a concepção que as crianças apresentaram sobre suas participações nas decisões a respeito do confinamento social na pandemia. Os trechos a seguir nos dão uma amostra sobre suas vivências:

Pesquisadora: O que você acha de as pessoas não perguntarem sobre o que você quer fazer na pandemia?

Jasmine (7 anos): Eu não acho isso estranho. Eu acho isso, tipo assim, eu acho do jeito que elas querem, se elas perguntarem pra mim, tudo bem, agora, se elas não quiserem, tudo bem também.

Pesquisadora: Você concordou com a decisão de ficar em casa na pandemia?

Sabrina (8 anos): Sim, porque são as regras que estão aqui no mundo, então...

Pesquisadora: Você acha que eles deviam ter ouvido sua opinião?

Gabriel (10 anos): Não, porque já tava na cara que não podia sair para a rua. Desde quando tava na China a doença.

Nesses trechos, percebe-se que Gabriel e Sabrina compreendem que a decisão pelo confinamento social vai além de sua família, tratando-se de um comportamento que afeta todas as pessoas na busca por prevenção e bem-estar social. Demonstram também um entendimento histórico e social do momento vivido pela humanidade e desvelam relações permeadas pela geografia dos cuidados desenvolvidas nas vivências pandêmicas. Ao ressaltar a obviedade da decisão do distanciamento social, Gabriel evocou um elemento geográfico internacional, “Desde quando tava na China”, para justificar uma relação de causa e consequência para o isolamento social e o confinamento em casa. O significado atribuído por Sabrina (“são as regras que estão aqui

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias e no mundo”) também corrobora sua compreensão das normas bio sanitárias impostas. No contexto das regras da pandemia, as crianças demonstraram consciência histórica, política, social e científica, concordando com as medidas de proteção à vida.

Considerações finais

As crianças tornaram evidentes, por intermédio dos seus desenhos e falas, que, embora houvesse interdições sobre o convívio em espaços habitualmente frequentados, conseguiam reconhecer e identificar potencialidades para os ambientes que lhes restaram como opção, buscando possibilidades de interação com outras pessoas e com animais de estimação. Além disso, também compreendem a importância e a necessidade dessa restrição como forma de proteger a si mesmas, a sua família e a coletividade, resultado de uma clara e forte geografia dos cuidados que experienciaram durante a primeira onda de contágio.

As vivências das crianças, expressas em suas falas e seus desenhos, evidenciaram um significado relacionado ao patrimônio científico da humanidade, já que o fato de terem de ficar em casa foi compreendido a partir de valores humanitários. No entanto, apesar dessa significação, a obrigatoriedade de ficarem isolados e a restrição de frequentar outros espaços foram enfrentadas com resignação, principalmente pela impossibilidade de interagirem com seus pares. Elas nos revelaram que, em casa, nesse período de isolamento, tinham passado seu tempo realizando atividades mediadas por recursos tecnológicos (TV e celular), porque, segundo elas, não podiam manter contato direto com seus colegas.

Outro aspecto que chama atenção é o quanto as crianças valorizam as brincadeiras e os espaços que lhes possibilitam estar em interação com seus pares, mesmo quando esses locais estabelecem condições, regras e limitações para que essa interação aconteça, como é o caso da escola. Nessa situação, podemos afirmar que as crianças deixam claro que, mesmo em tais condições, se apropriam criativamente desses espaços e criam suas culturas de pares, muitas vezes subvertendo a concepção adultocêntrica sobre o espaço, sendo essas transgressões compartilhadas e valorizadas nas interações com as outras crianças.

Observamos que as concepções de criança como ator social e ativo na construção de cultura, conhecimento, identidade e como agente produtor do espaço ainda carecem de reconhecimento no contexto sociocultural pesquisado. Ainda que esse reconhecimento não seja, até então, efetivo, as crianças demonstraram que têm opinião e que sabem se posicionar diante dos fatos sociais que as envolvem, compreendendo, assim, a gravidade da situação pandêmica.

As vivências durante a pandemia ofereceram às crianças ouvidas o entendimento de conceitos complexos como a observância às normas sociais e aos conhecimentos científicos como formas de proteger a vida humana. Como registrado no corpo do artigo, a escuta das crianças de Ceilândia-DF insere-se em um contexto crescente de produções acadêmicas sobre esse lugar, o que fortalece as conquistas históricas de direitos para essa população.

Por ouvir as crianças, este artigo contribui para enriquecer as pesquisas sobre essa Região Administrativa do DF, especificamente sobre as crianças desse lugar no contexto pandêmico. Compreendemos e reconhecemos as crianças como atores sociais e ativos na construção de cultura, conhecimento e identidade (CORSARO, 2011), assim como “agentes produtores do espaço que gestam e dão significados as suas espacialidades, construindo lugares, territórios e paisagens” (LOPES, 2008, p. 68). Ainda, reafirmamos o entendimento de que as crianças se “apropriam criativamente de informações do mundo adulto para produzir suas próprias culturas de pares” e formam suas opiniões (CORSARO, 2011, p. 53).

Referências

- AITKEN, S. Coloring Out with the Lines of the Map: Children’s Geographies as Contested Subfield and Practical Global Force. *In*: SKELTON, Tracey; AITKEN, Stuart (ed.). **Establishing Geographies of Children and Young People**. Singapore: Springer, 2019. p. 17-49.
- ANJOS, C. I. dos; MERCADO, L. P. L. Tatear e desvendar jogos eletrônicos: dispositivos móveis e crianças pequenas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 57, e-19872, p. 1-20, jul./set. 2020.
- BARBOSA, I. G. Pesquisa e ação política das universidades em defesa dos direitos da criança: reflexões e proposições. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson Martins. **A defesa do direito da criança: uma luta sem fronteiras**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2020. p. 61-77.

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias

BRASÍLIA. Boletim Covid-19. **Codeplan**, Brasília, DF, 2 fev. 2021. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/boletim-covid-19/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASÍLIA. **Lei Orgânica do Distrito Federal**. Brasília, DF: Senado Federal, 1993. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70442>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BUSS-SIMÃO, M.; LESSA, J. S. Um olhar para o(s) corpo(s) das crianças em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. esp., p. 1420-1445, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78165/45048>. Acesso em: 12 abr. 2021.

COLL DELGADO, A. C.; CASTELLI, C. M. Pesquisas com bebês e crianças pequenas: Problematizações teórico-metodológicas. **Educação em Foco**, v. 23, n. 39, p. 149–167, 2020.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORSARO, W. A.; ROSIER, K. Narrativas de Transição, Eventos Priming, Processos Reprodutivos nas Vidas das Famílias Negras que vivem na Pobreza. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 1-18, 2019.

DERDYK, E. **Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil**. 4ª edição. Porto Alegre, RS: Zouk, 2010.

FERNANDES, M. L. B.; LOPES, Jader J. M. A criança e a cidade: contribuições da geografia da infância. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, p. 202-211, 2018.

FERNANDES, R. S.; MIRANDA, A. C.; QUINTÁNS, I. A cidade como campo da educação não formal e as experiências das crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 4, p. 147-166, out./dez. 2018.

FERREIRA, V. M. R.; FIORESE, S. “Elas ficam meio injustiçadas”: infância, gênero e desigualdade em bairros de Curitiba. **Educação em Foco**, v. 24, n. 44, p. 230–258, 2021.

FRANCISCHINI, R. Crianças como sujeitos na investigação: contribuições teórico-metodológicas do campo científico interdisciplinar de estudos da criança. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, N.; SIQUEIRA, R. M. A defesa do direito da criança: uma luta sem fronteiras. Goiânia: Cânone Editorial, 2020. p.79-95.

GOBBI, M. Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 43, p. 135-147, jan./mar. 2012.

GOLDBERG, L.; FROTA, A. M. M. C. O desenho infantil como escuta sensível na pesquisa com crianças: inquietude, invenção e transgressão na elaboração do mundo. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 32, n. 2, p. 172-179, jul./dez. 2017.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto 40.509, de 11 de março de 2020. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ad0fae78af5f4e50b46c7357b7ee8597/Decreto_40509_11_03_2020.html. Acesso em: 27 jan. 2022.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios**. Brasília, DF: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 2018. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Ceil%C3%A2ndia.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DO DISTRITO FEDERAL. **Ceilândia (RA IX)**, Brasília, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/ceilandia-ra-ix/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Conheça Ceilândia- RA -IX**, Brasília, 1 jul. 2016. Disponível em: <https://ceilandia.df.gov.br/2016/07/01/conheca-ceilandia-ra-ix-5/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

HOLLOWAY, S.; VALENTINE, G. Spatiality and the New Social Studies of Childhood. **Sociology**, United Kingdom, v. 34, n. 4, p. 763-783, 2000.

JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and reconstructing childhood**: Contemporary issues in the Sociological Study of Childhood. London: The Falmer Press, 1990.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. **Theorizing Childhood**. Cambridge: Polity Press, 1998.

LOPES, J. J. M. Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Contexto & Educação**, Ijuí, ano 23, n. 79, p. 65-82, jan./jun. 2008.

LOPES, J. J. M. **Geografia e Educação Infantil** - Espaços e Tempos Desacostumados. Porto Alegre: Mediação Editora, 2018.

LOPES, J. J. M.; FERNANDES, M. L. M. Geografia das Infâncias, geografia dos bebês, das crianças e dos jovens e a geografia dos cuidados: veredas e coetaneidade e da alteridade. In: FERNANDES, Maria Lidia; LOPES, Jader Janer Moreira; TEBET, Gabriela Guarnieri. **Geografia das Crianças, dos Jovens e das Famílias**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021. p. 47-77.

MELGAREJO, P. M. “La escuela de Manuela”. Infancias y memoria. Zonas de experiencia y cronotopos en contextos de movilización social. **Educación em Foco**, Juiz de Fora, v. 23, n. 3, p.677-704, set./dez. 2018.

MORAIS, L. G. O. de; WIGGERS, I. D. O direito à participação das crianças em pesquisas acadêmicas. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 40., 2021, Pará. **Anais...** Pará: ANPED, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=21. Acesso em: 27 out. 2021.

NASCIMENTO, M. L. B. P.; VOLTARELLI, M. A. Estudos da Infância: diálogos, fronteiras e tensões. In: FERNANDES, Maria Lidia; LOPES, Jader Janer Moreira; TEBET, Gabriela Guarnieri.

Crianças, moradoras de Ceilândia-DF, na pandemia de Covid-19: diálogos sobre infâncias

Geografia das Crianças, dos Jovens e das Famílias. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021.p. 19-45.

NOGUEIRA, I. S.; BRANDÃO, C. F. O processo de civilização e controle das emoções – alterações sociais e percepção da infância. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 57, p. 1-21, jul./set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **National Learning Platforms And Tools** (on-line), 2020. Disponível em: <http://en.unesco.org/themes/education-emergencies/coronavirus-school-closures/nationalresponses>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PRESTES, Z.; TUNES, E. **7 aulas de L.S. Vigotski**: sobre os fundamentos da pedologia. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

PROUT, A. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. Cad. Pesquisa, 2010 40(141), p. 729–750, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/86463c9grYmgkkL6NNV4wxD/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 22 mar. 2022.

QVORTRUP, J. Macro-análise da infância. *In*: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. **Investigação com crianças**: perspectivas e práticas. Porto: Escola Superior de Paula Frassinetti, 2005. p. 73-96.

REVISTA LINHAS CRÍTICAS. Dossiê “Tempo de pausa ou de crise?”. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, jul. 2020. ISSN 1981-0431. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/issue/view/1982>. Acesso em: 15 jan. 2021.

REVISTA NUPEART. Dossiê “Arte e infância em contextos de epidemia e pandemia”. **Revista NUPEART**, Santa Catarina, v. 24, p. 2-254, dez. 2020. ISSN 2358-0925. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/nupeart/issue/view/812>. Acesso em: 18 jan. 2021.

REVISTA ZERO-A-SEIS. Dossiê especial “As crianças e suas infâncias em tempos de Pandemia”. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. especial, p. 1177-1503, dez. 2020. ISSN 1980-4512. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/issue/view/3157>. Acesso em: 2 fev. 2021.

REVISTA ZERO-A-SEIS. Dossiê especial “Educação infantil em tempos de Pandemia”. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. especial, p. 3-315, jan. 2021. ISSN: 1980-4512. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/issue/view/3163>. Acesso em: 2 fev. 2021.

RIGUE, F. M.; OLIARI, G.; STRUZA, R. B. Atravessamentos da pandemia de Covid-19 na educação escolar brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 4, p. 19- 39, out./dez. 2021.

SILVA; MORAIS; WIGGERS

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (ed.). **Crianças e miúdos**: Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação. Porto: Edições Asa, 2004. p. 1-22.

SARMENTO, M. J. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel (org.). **As crianças, contextos e identidades**. Portugal: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

TREVISAN, G. P. A participação das crianças nos discursos e práticas: um breve “estado da arte” na procura de novos desafios. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson Martins. **A defesa do direito da criança**: uma luta sem fronteiras. Goiânia: Cãnone Editorial, 2020. p. 129-148.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Repositório Institucional da UnB**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/simple-search?query=ceil%C3%A2ndia>. Acesso em: 27 jan. 2022.

VASCONCELLOS T. de; LOPES, J. J. M. Geografia da infância: Territorialidades Infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 103-127, jan./jun. 2006.

VOLTARELLI, M. A. Da margem ao centro: a visibilidade das crianças sul americanas nos estudos da infância. **Serviço Social em Debate**, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/servsoc-debate/article/view/549>. Acesso em: 15 mar. 2022.

WIGGERS, I. D.; SOARES, Carmem Lucia. Recreação e vida ao ar livre em parques infantis de São Paulo na coleção desenhos de Mário de Andrade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 74, p. 302-322, dez. 2019.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 18/05/2022

Aprovado em: 03/04/2023